

Textília S.A.

CNPJ nº 54.485.982/0001-88

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação de nossos Acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes.

Comentário da Administração

A Companhia enfrentou um ambiente macroeconômico bem desafiador ao longo do ano de 2023 e com isso, registrou um prejuízo de R\$ 3,8 milhões. Os desafios e impactos foram refletidos da operação da controlada Vicunha Têxtil.

Indicadores Financeiros da Controlada Vicunha Têxtil S.A.

O ano de 2023, a controlada Vicunha Têxtil enfrentou um ambiente bastante desafiador do ponto de vista operacional, a companhia promoveu uma gestão mais apurada do capital de giro, mantendo os níveis de estoques em patamares saudáveis.

A Controlada em 2023 apurou receita líquida de R\$ 2,5 bilhões, 14% inferior a 2022 em função principalmente (i) da desvalorização cambial na Argentina, (ii) de volumes menores em mercados como Países Andinos e Europa e (iii) preços menores com a queda do valor do algodão e de outras matérias-primas.

O EBITDA do exercício de 2023 ficou em R\$ 357 milhões, bastante impactado pela desvalorização cambial de mais de 130% promovida pelo novo governo na Argentina em dezembro de 2023, obrigando as companhias a corrigirem os resultados de todos os

meses de 2023 pelo câmbio de final de ano. A margem EBITDA ficou em 14,5%, 2 p.p. abaixo de 2022.

Estes resultados estão demonstrados no quadro abaixo:

(Em milhões de Reais)	2023				2023	2022
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.		
Receita Líquida	709	673	732	376	2.489	2.908
Lucro Bruto	148	154	186	88	576	715
% Margem EBITDA	21%	23%	25%	23%	23%	25%
EBITDA	82	93	136	47	357	474
% Margem Equivalência Patrimonial	12%	14%	19%	13%	14%	16%
Equivalência Patrimonial	1	-	-	-	-	1
Resultado Financeiro	(73)	(85)	(66)	(49)	(272)	(202)
Impostos	9	7	(12)	11	16	(40)
Outros	1	1	1	-	2	1
Resultado Líquido	(7)	(11)	33	(10)	5	125
% Margem Controladora	-1%	-2%	4%	-3%	-	4%
Controladora	(6)	(10)	33	(10)	7	126
Não Controladores	(1)	(1)	(1)	-	(2)	(1)

Dividendos

Conforme recomendação da Administração, diante do resultado apresentado, não haverá distribuição de dividendos referente ao exercício de 2023.

Agradecimentos

A Administração agradece a confiança e apoio recebido dos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e instituições financeiras.

São Paulo, 22 de maio de 2024.

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita líquida de vendas	24	-	2.489.384	2.908.236
Custo dos produtos vendidos	25	-	(1.913.100)	(2.193.526)
Lucro bruto	-	-	576.284	714.710
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	-	-
Despesas com vendas e administrativas	25	(576)	(431)	(200.136)
Resultado de equivalência patrimonial	14b	6.831	116.793	451
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	14	189	96.584
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas, e impostos	-	-	6.269	116.551
Receitas financeiras	-	-	91	101
Despesas financeiras	-	-	(8.377)	(11.720)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	26	(8.286)	(11.619)	(280.392)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	-	-	(2.017)	104.932
Imposto de renda e contribuição social	17b	-	-	-
Corrente	-	-	-	867
Diferido	-	-	26.772	14.831
Lucro/(Prejuízo) do exercício	-	-	26.772	15.698
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-	-	(2.017)	131.704
Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-	-	(3.816)
Lucro por ação	-	-	(0.0003)	0.0164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de Caixa Proveniente das Operações	-	-	-	-
Das Operações Sociais	-	-	-	-
Resultado antes dos impostos	-	-	(2.017)	104.932
Equivalência patrimonial	14b	(6.831)	(116.793)	(451)
Baixa na alienação de bens	12	-	-	2.743
Provisão (Reversão) da provisão para perdas com imobilizado	12	-	-	(1.292)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	17b	-	-	-
Corrente	-	-	-	867
Diferido	-	-	26.772	14.831
Fluxo líquido de caixa	-	-	26.772	15.698
Fluxo líquido de caixa	-	-	(2.017)	131.704
Fluxo líquido de caixa	-	-	(0.0003)	0.0164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva especial	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Participação de não controladores	Patrimônio líquido	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	599.701	(152.087)	-	52.511	473.836	86.137	106.147	-	1.166.245	108.601	1.274.846	1.274.846
Transações de capital com sócios	-	152.087	3.739	-	(155.187)	-	-	-	639	13.668	14.307	14.307
Aquisição de ações de não controladores	-	-	-	-	(3.100)	-	-	-	(3.100)	13.575	13.575	13.575
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(199)	(199)	(199)
Opções de ações outorgadas na Vicunha Têxtil S.A.	20b	-	3.739	-	-	-	-	-	3.739	292	4.031	4.031
Cancelamento de ações	-	152.087	-	-	(152.087)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	131.704	8.304	140.008	140.008	140.008
Ajuste de conversão reflexa na Vicunha Têxtil S.A.	20e	-	-	-	-	(3.621)	5.817	-	2.196	(536)	1.660	1.660
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	6.672	126.776	(1.744)	(131.704)	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação reflexa na Vicunha Têxtil S.A.	-	-	-	-	-	(1.744)	-	1.744	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	6.672	-	-	-	(6.672)	-	-	-	-
Dividendos mínimos retidos	-	-	-	-	31.694	-	-	(31.694)	-	-	-	-
Reserva de dividendos	-	-	-	-	95.082	-	-	(95.082)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	599.701	-	3.739	59.183	445.425	80.772	111.964	-	1.300.784	130.037	1.430.821	1.430.821
Transações de capital com sócios	-	-	9.164	-	-	-	-	-	9.164	7.554	16.718	16.718
Adiantamento para futuro aumento capital de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	3
Aquisição de ações de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.833	6.833	6.833
Opções de ações outorgadas na Vicunha Têxtil S.A.	-	-	9.164	-	-	-	-	-	9.164	718	9.882	9.882
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(2.017)	(2.017)	(1.799)	(3.816)	(3.816)
Ajuste de conversão reflexa na Vicunha Têxtil S.A.	20b	-	-	-	-	(3.410)	(99.246)	-	(102.656)	(8.239)	(110.895)	(110.895)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	(273)	(1.744)	-	2.017	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação reflexa na Vicunha Têxtil S.A.	-	-	-	-	-	(1.744)	-	1.744	-	-	-	-
Absorção de prejuízo	-	-	-	-	(273)	-	-	273	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	599.701	-	12.903	59.183	445.152	75.618	12.718	-	1.205.275	127.553	1.332.828	1.332.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA E SUAS CONTROLADAS

A Textília S.A. ("Companhia" ou "Controladora") com sede na Rua Henrique Schaumann, 270/278, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como atividades preponderantes: participação no capital de outras sociedades e administração de bens próprios, sendo os principais investimentos concentrados no ramo têxtil. O principal investimento é a participação acionária de 92,73% na Vicunha Têxtil S.A. e suas Controladas. ("Controlada direta e indireta").

1.1 Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares, que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional ao longo de 2024. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS7") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de Leis Complementares. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por Leis Complementares. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de maio de 2024. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas premissas utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras tiveram como premissas fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de ativos imobilizados e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 3).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Base de consolidação

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a controlada que consolidada é:

Razão social	Participação no capital social	
	2023	2022
Vicunha Têxtil S.A.	92,73%	92,73%

A controlada é integralmente consolidada (participação direta e indireta) a partir da data de aquisição, ou constituição, sendo esta a data na qual a Textília S.A. obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupos, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados nos estoques são eliminados na consolidação.

O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes (reconhecidos diretamente no patrimônio líquido) são atribuídos aos proprietários da controladora e a participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora. Cada entidade incluída na consolidação determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data do fechamento.

3.1.1. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais.

Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

3.1.2. Empresas do Grupo

Os ativos e passivos da controladas indiretas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

Eventual ágio na compra de uma controlada no exterior após 1º de janeiro de 2009 e eventuais ajustes a valor justo dos valores contábeis dos ativos e passivos resultantes da aquisição são tratados como ativos e passivos da controlada no exterior e convertidos na data do fechamento.

continua...

Textília S.A.

CNPJ nº 54.485.982/0001-88

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)

3.1.3. Controladas indiretas no exterior

A Argentina apresentou um aumento significativo dos indicadores de inflação no primeiro semestre de 2018, acompanhado de um elevado grau de desvalorização do peso Argentino (ARS). Em 14 de junho de 2018, o Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina ("INDEC") publicou o índice de preços indicando que a inflação acumulada nos últimos 3 anos ultrapassou 100%. E conforme estabelecido pelo CPC 42 - Contabilidade em economia hiperinflacionária (IAS 29), a partir de 01 de julho de 2018 a Argentina foi considerada como uma economia hiperinflacionária.

Com o impacto dessa hiperinflação resultante de alterações no poder de compra, a Companhia registrou em 2023 como ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 253.218 em seu patrimônio líquido.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.3 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são títulos com liquidez superior a 90 dias os quais são registrados aos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras, sendo, portanto, apresetados com base no seu valor justo. A Companhia classifica as aplicações financeiras na demonstração do fluxo de caixa como atividade de investimentos.

3.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas pelo valor faturado, ajustadas ao valor presente quando o efeito deste for relevante, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e de suas controladas.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

A Companhia aplicou a abordagem simplificada para calcular a perda esperada ao longo de vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes, conforme estabelecido pelo CPC 48.

O resultado do cálculo dessa provisão para perda foi imaterial, devido ao índice de inadimplência ser muito baixa.

3.5 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, não excedendo o seu valor realizável líquido. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e o registro de ociosidade. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando os produtos são vendidos.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e indireta e outros custos de produção (com base no volume produzido). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.6 Investimentos em coligadas, controladas e outros

Os investimentos em empresas coligadas e controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. É reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

A Administração mensura periodicamente o valor justo do investimento na Companhia Fiação e Tecidos Santo Antônio. Eventuais variações entre o valor contábil e o valor justo apuradas são ajustadas somente quando representar significativa mudança no valor recuperável do investimento.

3.7 Imobilizado

Itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição ou construção e de reavaliação, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Quando uma inspeção relevante é realizada, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Os gastos com manutenção e reparos são lançados em despesas quando incorridos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

3.8 Intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada quando sua vida útil for considerada definida e perdas acumuladas de valor recuperável. Os seus intangíveis considerados de vida útil indefinida têm sua recuperabilidade testada anualmente, sendo uma provisão para perda registrada quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

3.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.10 Propriedades para investimentos

Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. A Companhia optou pelo método de custo para mensurar as propriedades para investimento após o reconhecimento inicial.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

3.11 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

3.12 Remuneração baseada em ações

A Companhia opera um plano de remuneração com base em ações e opções de ações outorgadas em diversas concessões, que pode ser liquidado tanto com a entrega de instrumentos patrimoniais e, em determinadas condições com pagamentos em dinheiro, após o cumprimento do período de carência estipulado no regulamento do plano para cada concessão.

O valor total reconhecido como remuneração baseada em ações é determinado a partir do valor justo das ações e/ou opções mensurado na data da outorga de cada concessão. Este valor é reconhecido como remuneração baseada em ações proporcionalmente ao tempo de cumprimento do período de carência de cada concessão, tendo como contrapartida o passivo de longo prazo referente ao valor de obrigação de recompra pela empresa de tais ações ou opções ora concedidas atualizado a valor justo na data do exercício atual; e a diferença, quando positiva, como patrimônio líquido (reservas de capital).

Os encargos sociais e previdenciários relativos às ações e opções outorgadas são reconhecidos proporcionalmente ao tempo de cumprimento do período de carência de cada concessão, bem como atualizados pelo valor justo das ações e opções no final de cada exercício.

Eventuais proventos distribuídos pela Companhia antes da efetiva disponibilização das ações ou do exercício das opções pelos participantes do plano serão (i) ajustados do preço de exercício das opções ou (ii) objeto de bonificação adicional em ações correspondente ao valor dos proventos ora distribuídos.

3.13 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Reunião do Conselho de Administração e ratificado na próxima Ata da Assembleia Geral Ordinária.

3.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo e os de prazo longo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixas contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia utiliza o custo de captação de recursos como taxa de desconto.

3.15 Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia ou uma de suas controladas se torna parte das disposições contratuais desses instrumentos financeiros. Em seu reconhecimento inicial são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

3.15.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados entre as categorias mencionadas a seguir, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos: *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio de resultado e derivativos. São classificados como mantidos

para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de receitas e despesas financeiras.

Custo amortizado: os ativos financeiros mantidos pela Companhia são para manter o fluxo de caixa contratual e não para venda e cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxo de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Incluem nessa categoria os saldos do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber de longo prazo oriundas de transações com partes relacionadas. Quaisquer alterações são reconhecidas no resultado em "receitas ou despesas financeiras" dependendo do resultado.

3.15.2. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros métodos de avaliação.

3.16 Instrumentos financeiros derivativos

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de taxa de moeda estrangeira, para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, bem como contratos de *non deliverable forward* ("NDFs") para proteger o risco de variação dos preços de commodities e o risco de variação das taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros derivativos registrados segundo a contabilidade de *hedge* ("hedge accounting"), tampouco instrumentos financeiros com derivativos embutidos.

Classificação entre curto e longo prazo

Quando a Companhia mantiver um derivativo como *hedge* econômico por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como de longo prazo (ou segregado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.

3.17 Reconhecimento de receita

A Companhia adotou o CPC 47 - a partir de 1º de janeiro de 2018, e todos os ativos estão registrados de acordo com a respectiva norma.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Uma receita não é reconhecida quando houver incerteza significativa de sua realização.

Esta norma estabelece um modelo que visa identificar se os critérios para a contabilização da receita foram satisfeitos e compreende os seguintes aspectos:

- Identificação de um contrato com o cliente;
- Determinação das obrigações de desempenho;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação do preço da transação; e
- Reconhecimento da receita em um determinado momento ou em um período, conforme atendimento das obrigações de desempenho.

3.17.1. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.18 Impostos

3.18.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram receita tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido.

3.18.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e Lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade e sujeitos a mesma autoridade tributária.

3.18.3. Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.19 Ativos de direito de uso e Passivo de arrendamentos

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - *Leases*, emitida em janeiro de 2016 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo no balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

3.20 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.20.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a necessidade de ajuste significativo no valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

3.20.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Os ativos não financeiros são subsequentemente a cada exercícios para análise de uma possível reversão da provisão.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência

de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas. (nota 18). Imposto diferido ativo é reconhecido somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras (nota 17).

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (nota 18).

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (nota 21).

3.21 Novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor para o exercício de 2023, estão descritas a seguir. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Normas e interpretações com vigência a partir de 01 de janeiro de 2024

- IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações financeiras: (i) Classificação de passivos como circulante ou não circulante: especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. (ii) Divulgação de políticas contábeis: alterações para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

- IAS 8/CPC 23 - Definição de estimativas contábeis: As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.
- IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o lucro: Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.

- IAS 7/CPC 3 e IFRS 7/CPC 40: Requer que entidade divulgue informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade.
- IFRS 16/CPC 6: Especifica os requisitos que o vendedor-arrendatário para determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início.

Normas e interpretações com vigência a partir de 01 de janeiro de 2026

- IFRS S1: Requer que as entidades forneçam informações relevantes sobre todos os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade.
- IFRS S2: Requer que as entidades forneçam informações relevantes sobre todos os riscos e oportunidades relacionados ao clima.

Normas e interpretações com vigência a partir de 01 de janeiro de 2027

- IFRS 18 Substituirá a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: O novo regulamento pretende incentivar as empresas a reportarem o desempenho financeiro de forma mais consistente e transparente. Primeiro impacto na Demonstração do Resultado.
- IFRS 19 Aplicável para "Subsidiárias sem responsabilidade pública: Projeto de divulgação, pretende reduzir os requisitos de divulgação para subsidiárias. Esta simplificação permitirá que as subsidiárias preparem demonstrações financeira em IFRS localmente no futuro, utilizando as informações que são reportadas à empresa-mãe.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa	-	-	237	329
Bancos (i)	154	338	52.669	58.276
Câmbio a liquidar (ii)	-	-	19.586	20.863
Aplicações financeiras (iii)	-	-	309.833	543.514
Total	154	338	382.325	622.982

- (i) Os depósitos bancários representam saldos em bancos e direitos de liquidez imediata que não estão sujeitos a restrições de qualquer natureza para sua utilização.
- (ii) Câmbio a liquidar corresponde aos valores recebidos em moeda estrangeira, cujo fechamento do câmbio ainda não foi efetuado a critério da Companhia.
- (iii) Aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários com liquidez diária e remuneração de 96,0% a 103,0% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI).

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Composição das aplicações financeiras por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fundo de liquidez - CDB (i)	-	-	6.254	5.226
	-	-	6.254	5.226
Não circulante	-	-	6.254	5.226

- (i) Aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário com vencimento até 15/08/2029, junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., que serve como garantia à operação de empréstimo (FNE).

A exposição da Vicunha Têxtil S.A., e suas Controladas a riscos de taxa de juros e de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição das contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Clientes nacionais	-	-	455.710	516.769

Textília S.A.

CNPJ nº 54.485.982/0001-88

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)

7. ESTOQUES

a) Composição dos estoques	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Produtos acabados	-	-	232.500	380.594
Produtos em elaboração	-	-	97.208	119.825
Matérias-primas	-	-	96.273	164.333
Suprimentos, embalagens e outros	-	-	107.082	124.835
Adiantamento a fornecedores	-	-	3.171	4.135
Provisão para perdas com estoques	-	-	(8.623)	(7.250)
	-	-	527.611	786.472

b) Movimentação da provisão para perdas com estoques

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
No início do exercício	-	-	(7.250)	(7.523)
Provisão constituída	-	-	(3.634)	(4.644)
Reversão de provisão	-	-	2.261	4.917
No final do exercício/periódodo	-	-	(8.623)	(7.250)

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	7.341	14.149
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	-	-	272	512
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	-	5.860	4.169
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	35	40	16.047	8.087
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	-	-	2.391	5.803
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (i)	-	-	106.123	97.623
Programa de Integração Social - PIS (i)	-	-	23.021	21.144
Imposto sobre o Valor Agregado - IVA	-	-	9.021	17.190
Outros	-	-	3.287	9.465
	35	40	173.363	178.142
(-) Circulante	(35)	(40)	(52.653)	(66.001)
Não circulante	-	-	120.710	112.141

(i) A Controlada direta Vicunha Têxtil S.A., e a controlada indireta Vicunha Serviços propuseram ações judiciais sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições sociais, PIS e COFINS, incluindo os períodos de apuração a partir de março de 2012. O Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou o julgamento de modo favorável aos contribuintes, decidindo (i) que o ICMS destacado em nota fiscal não

compõe a receita bruta das contribuições sociais PIS e COFINS, além de (ii) modular os efeitos para que a decisão seja aplicada a partir de 15 de março de 2017, em relação às ações propostas após a referida data. As ações judiciais propostas pela Companhia não foram atingidas pela modulação determinada pelo STF, confirmando o direito ao crédito a partir de 15 de março de 2012, fato que permitiu o reconhecimento da correspondente receita equivalente a R\$ 20.764 de PIS e R\$ 95.642 de COFINS, atualizados pela taxa Selic até 31 de dezembro de 2023.

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamentos	-	-	15.924	6.989
Despesas antecipadas	-	-	28.206	29.924
Empréstimos compulsórios	-	-	-	-
Eletrobras (i)	-	-	197.188	181.610
Indenizações a receber	-	-	6.550	6.550
Precatórios e caução a receber	-	-	1.235	854
Crédito de energia elétrica a receber	-	-	692	2.335
Venda de imobilizado	-	-	14.029	14.256
Outros	123	113	2.251	12.619
	123	113	266.075	255.137
(-) Circulante	(123)	(113)	(38.282)	(36.604)
Não circulante	-	-	227.793	218.533

(i) Trata-se de valor líquido e certo decorrente de ação judicial com mérito transitado em julgado, sendo a Eletrobras condenada ao pagamento de juros e correção monetária decorrentes de empréstimo compulsório de energia elétrica. Atualmente, os processos estão em fase de liquidação de sentença, sendo as quantias apontadas condizentes a montantes incontroversos reconhecidos pela Eletrobras no bojo dos processos, permitindo concluir pela certeza do ingresso financeiro, conforme posição referendada pelos assessores jurídicos da Companhia. Tal crédito foi reconhecido no ativo não circulante, e atualizado mensalmente pela taxa Selic.

10. PARTES RELACIONADAS

A estrutura societária da Companhia é a seguinte:
 • Rio Purus Participações S.A. - detém 99,91% da Taquari Participações S.A.;
 • Espólio de Dorothea Steinbruch - detém 0,09% da Taquari Participações S.A.;
 • Taquari Participações S.A. - detém 100% da Textília S.A.
 Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações provenientes do curso normal das operações de vendas e compras entre as partes relacionadas e contratos de mútuos. A Companhia não espera incorrer em perdas com essas transações.
 Os preços e demais condições comerciais praticadas nas transações entre partes relacionadas são acordados em contratos firmados entre as partes envolvidas.

a) Saldos e transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Passivo não circulante	-	-	-	-
Transações	-	-	-	-
Contrato de mútuo (i)	-	-	72.580	8.346
	-	-	72.580	8.346
	-	-	63.011	5.986

Vicunha Têxtil S.A.

Valores relativos a 31/12/23

Valores relativos a 31/12/22

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		Transações	
	Aplicações financeiras	Instrumentos financeiros derivativos	Contratos de mútuo	Contas a receber	Fornecedores	Instrumentos financeiros derivativos	Outras contas a pagar	Receitas	Despesas	
Banco Fibra S.A.	1.002	1.538	-	-	-	-	-	2.230	665	
Elizabeth S.A. - Ind. Têxtil	-	-	73.912	-	-	-	-	8.520	-	
AVCO Polímeros do Brasil S.A.	-	-	378	-	2.179	-	-	74	-	
Finobrasa Agroindustrial S.A.	-	-	12.892	7	-	-	-	1.922	-	
Ricardo Steinbruch	-	-	-	-	-	-	5.157	-	1.345	
Valores relativos a 31/12/23	1.002	1.538	87.182	7	2.179	156	5.157	12.746	2.010	
Valores relativos a 31/12/22	23.750	-	76.493	8	20.205	-	2.874	11.064	4.725	

(i) Os contratos de mútuos ativos e passivos possuem cláusula de atualização monetária com base no certificado de depósito interbancário - CDI, variação cambial e juros que variam entre 3,9% a 6% a.a., e vencimento até 10/2032.

b) Remuneração dos administradores

Os administradores que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia são os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram assim remunerados:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Benefícios de curto prazo	-	-	-	-
Remuneração dos conselheiros e estatutários	240	240	11.806	11.594
Benefícios indiretos	-	-	5.841	5.785
Outros	-	-	497	364
	240	240	18.144	17.743
Benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	10.576	5.974
	240	240	28.720	23.717

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salário e honorários, férias e 13º salários), remuneração variável como participação nos lucros e benefícios (assistência médica, vale-refeição e seguros de vida).

Os benefícios de longo prazo incluem o plano de opção de compra de ações e ações restritas para executivos, de acordo com as regulamentações específicas, conforme (nota 19).

11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Terrenos	-	-	30.839	31.140
Edificações	-	-	11.146	11.146
	-	-	41.985	42.286

O valor de mercado das propriedades para investimentos é revisado anualmente, sendo apurado em 31 de dezembro de 2023, o valor de aproximadamente R\$ 233.811, sendo que este montante foi determinado por empresa especializada em avaliação desse tipo de propriedade para investimento. No entanto, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, esses ativos são mantidos na contabilidade a custo histórico.

12. IMOBILIZADO

a) Consolidado

Custo	Terrenos		Máquinas e equipamentos		Móveis e utensílios e instalações		Equipamentos		Veículos		Benefeitorias em imóveis de terceiros		Outros (*)		Total
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Em 31 de dezembro de 2021	80.338	614.687	1.278.872	222.778	41.531	6.072	6.378	28.709	2.279.365	-	-	-	-	-	-
Adições	-	5.287	20.492	33.619	2.745	763	3	55.361	118.270	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	(39)	(13.335)	(796)	(282)	(588)	-	(1.509)	(16.549)	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	8.167	2.410	454	200	-	(11.231)	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial	(1.503)	(1.064)	(10.969)	803	(304)	(46)	146	(311)	(13.248)	-	-	-	-	-	-
Reversão provisão para perda	-	-	3.284	619	-	-	-	-	3.903	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	78.835	618.871	1.286.511	259.433	44.144	6.401	6.527	71.019	2.371.741	-	-	-	-	-	-
Adições	2.332	2.764	25.913	29.297	5.942	545	-	56.678	123.471	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	(13.304)	(521)	(963)	(853)	-	-	(15.641)	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	17.424	37.228	(6.189)	331	-	(48.794)	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial	(2.558)	(19.977)	(77.909)	(25.886)	(1.157)	(477)	(901)	(31.671)	(160.536)	-	-	-	-	-	-
Reversão provisão para perda	-	-	743	549	-	-	-	-	1.292	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	78.609	619.082	1.259.182	256.683	48.297	5.616	5.626	47.232	2.320.327	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	-	(246.050)	(926.022)	(121.503)	(36.565)	(4.041)	(5.224)	(2.407)	(1.341.812)	-	-	-	-	-	-
Despesas de depreciação no exercício	-	(13.500)	(72.412)	(13.995)	(2.214)	(455)	(214)	(90)	(102.880)	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	38	11.145	726	261	417	-	-	12.587	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	7	(29)	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial	-	960	8.105	(11.102)	286	(17)	(150)	(141)	7.941	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	-	(258.552)	(979.177)	(135.903)	(38.210)	(4.096)	(5.588)	(2.638)	(1.424.164)	-	-	-	-	-	-
Despesas de depreciação no exercício	-	(13.307)	(57.511)	(12.389)	(2.406)	(361)	(253)	(32)	(86.259)	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	11.314	436	929	231	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	(8)	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial	-	5.994	44.102	14.733	992	362	902	1.116	68.201	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	-	(265.865)	(981.280)	(133.115)	(38.695)	(3.864)	(4.939)	(1.554)	(1.429.312)	-	-	-	-	-	-
Valor residual líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	78.609	353.217	277.902	123.568	9.602	1.752	687	45.678	891.015	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	78.835	360.319	307.334	123.530	5.934	2.305	939	68.381	947.577	-	-	-	-	-	-
	-	1% a 5%	10%	10%	20%	20%	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) O valor de R\$ 45.678 na coluna "Outros", refere-se a R\$ 5.331 de adiantamento para aquisição de imobilizado e R\$ 40.347 de imobilizado em andamento.

Revisão da vida útil

A Administração da Vicunha Têxtil S.A., e suas Controladas não alterou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, para o período findo em 31 de dezembro de 2023, devido à ausência de alterações significativas nas condições de utilização dos bens do ativo imobilizado e atualização do parque industrial.

Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2023, a Controlada Vicunha Têxtil S.A., possuem bens do ativo imobilizado dados como garantia de empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado na nota 16, item b.

Valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (R1), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos" os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. A Administração da Vicunha Têxtil S.A., e suas Controladas efetuaram análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas evidências de ativos corpóreos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação. Em 31 de dezembro de 2023, houve uma reversão da realização de depreciação de máquinas e equipamentos, provisionada de R\$ 1.292 (R\$ 3.903 em 31 de dezembro de 2022).

13. INTANGÍVEL

a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ágio	-	-	3.179	3.179
Marcas patentes	-	-	204	204
Total	-	-	3.383	3.383

	Gastos com implantação de sistemas		Programa de informática		Ágio		Marcas patentes		Total
	2023	2022	2023	2022					

Textília S.A.

CNPJ nº 54.485.982/0001-88

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)

a.1) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos
Para a avaliação do período estimado de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, a Administração da Vicunha Têxtil S.A., e suas Controladas, utiliza projeções de lucros fiscais tributáveis que são revisadas periodicamente. Essas projeções baseiam-se em premissas e o seu resultado final realizado pode divergir do projetado. A expectativa da Administração da Companhia é de que os referidos créditos fiscais serão realizados em até 4 anos (controladora e consolidado), conforme cronograma abaixo:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
2024	-	-	16.555	-
2025	-	-	26.207	-
2026	-	-	29.780	-
2027	-	-	18.832	-
Total	-	-	91.374	-

b) A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes da tributação	-	-	(10.666)	165.023
Alíquotas oficiais - % (Despesas) de IR/CS às alíquotas oficiais	-	-	34	34
Conciliação para alíquota efetiva:			3.626	(56.108)
Equivalência patrimonial	-	-	153	218
Outras adições	-	-	(23.599)	(19.087)
Ajuste preço de transferência para exterior	-	-	(2.791)	(647)
Reversão (provisão) de despesas indecíveis	-	-	-	3.243
Outras exclusões	-	-	3.027	3.329
Subvenções para Investimento - ICMS	-	-	35.282	29.126
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-	-	15.698	(39.926)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	-	-	867	(28.226)
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social	-	-	14.831	(11.700)
Alíquotas efetivas	-	-	-147%	24%

c) Incertezas sobre o tratamento de imposto de renda e contribuição social
A Vicunha Têxtil S.A., e suas Controladas, possuem autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil ("RFB"), questionadas no âmbito administrativo e judicial, decorrentes de supostos créditos indevidos de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, bem como relacionada à amortização de ágio, no montante consolidado de R\$ 3.072 em 31 de dezembro de 2023. A Administração da Vicunha Têxtil S.A., e suas Controladas, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que tais questionamentos serão provavelmente aceitos em tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceitação superior a 50%).

d) Atualização monetária sobre indébitos
Tendo em vista o julgamento do STF em sede de repercussão geral no Recurso Extraordinário nº 1.063.187, onde por maioria absoluta foi firmada a tese de que "É inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes a taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário", acordado publicado em 16/12/2021, a Vicunha Têxtil S.A., e suas Controladas, conforme determinação das normas contábeis reconheceu em 31 de dezembro 2021 um ativo desta natureza cujo montante foi registrado por sua melhor estimativa no valor de R\$ 6.608 e que está sendo atualizado mensalmente pela taxa Selic.

18. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS
A Vicunha Têxtil S.A., e suas Controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros assuntos.

A Administração Vicunha Têxtil S.A., e suas Controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. Considerando a dependência de resultados judiciais ou administrativos incertos e apeláveis, não há evidência objetiva sobre o cronograma de pagamento futuro das respectivas provisões.

a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cíveis (i)	-	898	683	1.913
Trabalhistas (ii)	-	-	10.054	10.363
Tributárias (iii)	-	-	49.191	54.390
	-	898	59.928	66.666

- (i) Cíveis
Representadas por litígios decorrentes de relações contratuais com terceiros, bem como por demandas de cunho indenizatório.
- (ii) Trabalhistas
Representadas, principalmente, por litígios decorrentes de reclamações trabalhistas, encargos previdenciários, ações indenizatórias por perdas e danos e acidentes de trabalho.
- (iii) Tributárias
Refere-se, substancialmente, a (i) valores inerentes a parcelamento federal e divergências quando da consolidação, (ii) divergência sobre a metodologia de cálculo do incentivo fiscal FDI/PROADE, no Estado do Ceará, além de (iii) processos vinculados à constitucionalidade da contribuição ao FGTS pela alíquota de 10% em caso de demissão sem justa causa, imposta pela Lei complementar nº 110/2001.

b) Contingências
A Controlada Vicunha Têxtil S.A., é parte de outros processos administrativos e judiciais, apresentando o montante aproximado de R\$ 138.898 (R\$ 192.544 em 31 de dezembro de 2022), sendo R\$ 135.600 equivalentes a processos fiscais e previdenciários, R\$ 356 de reclamações trabalhistas e R\$ 2.942 de litígios cíveis. As análises realizadas por assessores jurídicos da Companhia definem tais processos como de risco de perda possível, não requerendo a constituição de provisão, conforme descrição abaixo:

- i. Estaduais**
A Controlada Vicunha Têxtil S.A., discute créditos estaduais no montante de R\$ 65.389, abrangendo as seguintes matérias:
- (i.i) Presunção de simulação de saída interestadual no valor de R\$ 4.474;
 - (i.ii) Divergência sobre a metodologia de cálculo do FDI/PROADE no montante de R\$ 40.045;
 - (i.iii) Divergência sobre a aplicação do diferimento do ICMS no montante de R\$ 5.605, e;
 - (i.iv) Outros assuntos relacionados ao ICMS no valor de R\$ 15.265.
- ii. Federais**
No âmbito federal, as contingências perfazem o montante de R\$ 70.211 referentes aos seguintes temas:
- (ii.i) Imposto de Importação, PIS e COFINS decorrentes de suposto descumprimento do Regime Aduaneiro Drawback Suspensão no valor de R\$ 53.706;
 - (ii.ii) Compensações não homologadas de tributos federais no valor de R\$ 4.896;
 - (ii.iii) Dedutibilidade, quando da apuração do lucro real, dos pagamentos realizados a diretores a título de participação nos lucros e resultados no valor de R\$ 7.991 e;
 - (ii.iv) Outros assuntos no valor de R\$ 3.618.

c) Movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2022	Adições	Reversões/Pagamentos	2023
Cíveis	898	-	(898)	-
	898	-	(898)	-

	Controladora		Consolidado	
	2022	Adições	Reversões/Pagamentos	2023
Cíveis	1.913	345	(1.575)	683
Trabalhistas	10.363	2.309	(2.618)	10.054
Tributárias	54.390	6.283	(11.482)	49.191
	66.666	8.937	(15.675)	59.928

19. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES
O regulamento atual do plano, estabelece 3 concessões de ações e opções de compra de ações a determinados executivos e talentos estratégicos. As opções e ações outorgadas em cada concessão terão como período de carência cumprido de uma única vez, após decorrido o prazo de 4 (quatro) anos da respectiva concessão, exceto no caso da Concessão 1, quando o prazo decorrido deverá ser de 3 (três) anos. Após o cumprimento da carência as ações e opções de ações são disponibilizadas para que os participantes tenham a alternativa de monetizar em determinados eventos de liquidez estabelecidos no regulamento do plano, inclusive contra a própria Companhia na ausência de eventos de liquidez no mercado. As opções poderão ser exercidas a exclusivo critério do participante entre (i) o término do período de carência e (ii) 6 (seis) anos da data de cada concessão, exceto no caso da Concessão 1 que terá duração de 5 (cinco) anos a partir da data da concessão. O preço de exercício das opções será o preço da ação da Controlada Vicunha Têxtil S.A., calculado conforme metodologia estabelecida no regulamento, mediano dos últimos 3 (três) anos anteriores à data de concessão (exceto para a Concessão 1 onde será considerado a mediana de 2018, 2019 e 2020), corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido de 6% a.a. (seis por cento ao ano) e reduzido pelos proventos por ação pagos aos acionistas da Companhia desde a concessão (exceto para uma das concessões de 2022 onde será considerado desde julho de 2021) até o último fechamento mensal do IPCA disponível antes da data do exercício ("Preço de Exercício da Opção").

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	2023	
	Preço médio de exercício por ação - Reais	Opções de compra de ações - Milhares
Concessões até 01/01/2023	-	1.062.734
Novas concessões	-	583.608
Canceladas	-	(124.905)
Total de concessões em 31/12/2023	-	1.521.437
"Vested" pro rata em 31/12/2023	32,92	494.273

As opções de compra de ações em aberto no final do período têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício estabelecido, conforme metodologia estabelecida no regulamento do plano:

Data das concessões	Término da carência	Prazo final para exercício	Preço estimado de exercício por ação reais no término em da carência
1ª (Jul/2022)	Jul/2025	Jul/2027	37,95
2ª (Jul/2022)	Jul/2026	Jul/2028	34,24
3ª (Jul/2023)	Jul/2027	Jul/2029	93,72

O valor justo médio ponderado das opções concedidas na data da outorga, determinado com base no modelo de avaliação *Black-Scholes*, era; para Concessão 1 de R\$ 28,52, Concessão 2 de R\$ 33,74 e Concessão 3 de R\$ 0,05 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo para o cálculo do valor das opções nas datas de concessão foram:

	Concessão 1	Concessão 2	Concessão 3
Preço médio ponderado	47,93	47,93	41,69
Volatilidade	4,49%	4,04%	0,32%
Vida esperada (anos)	4,5	5,5	5,5
Taxa de juros anual	12,77%	12,77%	12,77%

A volatilidade mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações continuamente compostos baseia-se na análise estatística dos preços esperados das ações durante a vida esperada das opções.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 599.701, representado por 8.034.958.213 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de capital
Corresponde ao valor do plano de opções de compra, subscrição de ações e ações restritas outorgadas pela controlada Vicunha Têxtil S.A., a seus executivos.

c) Reserva de lucros
Reserva legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até atingir o limite de 20% do capital social, o saldo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 59.183.

Distribuição de dividendos mínimos
A Companhia não terá dividendos mínimos a distribuir sobre o lucro líquido, uma vez que apresenta prejuízo no exercício, conforme demonstrado abaixo:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	(2.017)	131.704
Reavaliação por depreciação	1.744	1.744
	(273)	133.448
Constituição da reserva legal (5%)	-	(6.672)
Lucro líquido após reserva legal	(273)	126.776
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	31.694
Distribuição dos dividendos		
Dividendos retidos para ações ordinárias	-	31.694
Total a distribuir	-	31.694

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	2023		Controladora 2022	
	Valor justo através do resultado	Mensurado pelo custo amortizado	Valor justo através do resultado	Mensurado pelo custo amortizado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	-	154	-	338
Passivo				
Mútuos e outras contas a pagar	-	72.580	-	63.011

	2023		Consolidado 2022	
	Valor justo através do resultado	Mensurado pelo custo amortizado	Valor justo através do resultado	Mensurado pelo custo amortizado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	309.833	72.492	543.514	79.468
Aplicações financeiras	6.254	-	5.226	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.538	-	10.170	-
Contas a receber de clientes	-	615.600	-	711.999
Empréstimos compulsórios Eletrobras (nota 9)	-	197.188	-	181.610
Mútuo a receber	-	87.182	-	76.493
Passivo				
Financiamentos e empréstimos	-	1.133.679	-	1.385.071
Fornecedor	-	373.920	-	556.479
Fornecedor - Risco sacado	-	11.491	-	69.099
Ativos de direito de uso e Passivo de arrendamentos	-	26.335	-	29.775
Outras contas a pagar	-	5.157	-	2.874
Instrumentos financeiros derivativos	9.847	-	2.466	-

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro acima e, de acordo com avaliação da Administração da Vicunha Têxtil S.A., e suas Controladas, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas.

b) Valor justo

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação, em 31 de dezembro de 2023, os valores justos dos investimentos com cotação pública foram baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração das Controladas, estabeleceu o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. O CPC 46 - Mensuração do Valor Justo define o valor justo como o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos, bem como estabelece uma hierarquia para três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

- Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, agência reguladora, entre outros, e aqueles preços representem transações de mercado reais e que ocorram regularmente em bases puramente comerciais, sendo assim, o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço, estando incluído no Nível 1. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas das Controladas. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem fornecidas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Caso as informações sejam oriundas de dados internos das Controladas, o instrumento estará incluído no nível 3.

As Controladas mantinham certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos referem-se a investimentos em títulos privados. Os ativos e passivos das Controladas mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação, conforme os requerimentos do CPC 46 em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Mensuração valor justo 2023			Mensuração valor justo 2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	309.833	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-	6.254	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	1.538	-
	-	-	-	316.087	1.538	-
Passivo circulante						
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(9.847)	-
	-	-	-	-	(9.847)	-

	Controladora			Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	543.514	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-	5.226	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	10.170	-
	-	-	-	548.740	10.170	-
Passivo circulante						
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(2.466)	-
	-	-	-	-	(2.466)	-

Não houve transferência de ativos ou passivos entre níveis da hierarquia de valor justo em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

21.2 Gestão de riscos

Riscos
As operações da Vicunha Têxtil S.A., e suas Controladas, estão sujeitas aos fatores de riscos descritos a seguir:

a) Risco de crédito
Decorre da possibilidade de a Vicunha Têxtil S.A., e suas Controladas, terem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos é adotada como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à pulverização dos saldos em diversos clientes, não havendo concentração superior a 9,48% do saldo de duplicatas a receber.

	Controladora			Consolidado		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 7 anos	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 7 anos
Fornecedores	-	-	-	373.920	-	-
Fornecedores - Risco sacado	-	-	-	11.491	-	-
Financiamentos e empréstimos	-	-	-	331.675	549.401	252.603
Ativos de direito de uso e Passivo de arrendamentos	-	-	-	7.399	13.075	5.861
	-	-	-	724.485	562.476	258.464

c) Risco de taxas de juros
Decorre da possibilidade de a Vicunha Têxtil S.A., e suas Controladas, sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Vicunha Têxtil S.A., e suas Controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas.

d) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Vicunha Têxtil S.A., e suas Controladas, para a aquisição de insumos somada a contratação de instrumentos financeiros e venda de seus produtos. Para a exposição de fluxo de caixa e de balanço, as Controladas adotam a política de proteção através da contratação de instrumentos financeiros.

A composição dos Instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2023 visando a gestão do risco de variação nas taxas de câmbio, está demonstrada a seguir:

Descrição	Vencimento até:	Em milhares de Reais		Controladora	Perda não realizado	Ganho não realizado	Consolidado
		Valor de referência nomencl	Valor MTM 31/12/23				
Contratos NDF							
a.1) Banco Pine S.A.	16/01/2024	9.682	10.064	-	-	-	(382)
a.2) Banco Santander (Brasil) S.A.	21/02/2024	25.901	26.634	-	-	-	(733)
a.3) Banco Fibra S.A.	01/04/2024	36.711	36.867	-	-	-	(156)
Subtotal							(1.271)

d) Ajustes avaliação patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da conta ajustes avaliação patrimonial é de R\$ 75.618, (R\$ 80.772 em 31 de dezembro de 2022), e é oriundo principalmente do saldo da reserva de reavaliação reflexa na controlada Vicunha Têxtil S.A.

e) Ajustes acumulados de conversão
Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da conta ajustes acumulados de conversão reflexa da controlada Vicunha Têxtil S.A. é de R\$ 12.718 (R\$ 111.964 em 31 de dezembro de

Textília S.A.

CNPJ nº 54.485.982/0001-88

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)

Descrição	Vencimento até:	Em milhares de Reais		Controladora		Consolidado		27. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS					
		Valor de referência	Valor MTM	Ganho não realizado	Perda não realizado	Ganho não realizado	Perda não realizado	2023	2022	2023	2022		
Contratos SWAP													
b.1) Banco Fibra S.A.	16/01/2024	23.648	22.110	-	-	1.538	-						
b.2) Banco Daycoval S.A.	24/04/2024	32.010	35.464	-	-	-	(3.454)						
b.3) Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2024	70.831	75.953	-	-	-	(5.122)						
Subtotal						1.538	(8.576)						
Total de ganhos/(perdas)						1.538	(9.847)						

(i) Exposição cambial

Ativo:	Controlada		Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativos financeiros	19.586	20.863	-	-	19.586	20.863
Clientes	253.118	263.988	-	-	253.118	263.988
Outros ativos	5.264	4.614	-	-	5.264	4.614
Subtotal	277.968	289.465			277.968	289.465
Passivo:						
Empréstimos e financiamentos	(73.633)	(357.222)	-	-	(73.633)	(357.222)
Adiantamento contrato de câmbio	(68.646)	(164.966)	-	-	(68.646)	(164.966)
Fornecedores	(2.349)	(6.048)	-	-	(2.349)	(6.048)
Outros passivos	-	(6.140)	-	-	-	(6.140)
Subtotal	(144.628)	(534.376)			(144.628)	(534.376)
Ativo/passivo, líquido	133.340	244.911	-	-	133.340	244.911
Ativo/passivo, líquido - Equivalente a USD mil	27.542	(46.938)	-	-	27.542	(46.938)

(ii) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, estão expostos às variações de valor justo em decorrência da flutuação de taxas de câmbio, índice (IPCA), e taxa (CDI). As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

(a) Seleção dos riscos

A Administração das Controladas entende que três riscos de mercado são os que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, como: (1) aumento da taxa de câmbio dólar norte-americano-real; (2) elevação do IPCA; e (3) acréscimo taxa do CDI.

(b) Seleção dos cenários

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Vicunha Têxtil S.A., e suas Controladas. Os cenários possíveis foram obtidos, pela administração, através de diversas fontes de mercado e em especial o sistema de expectativas de mercado do Banco Central do Brasil.

Os cenários possíveis e remotos consideram os efeitos da elevação e redução, respectivamente de 25% e 50%, em relação ao cenário provável.

(iii) Análise de sensibilidade de variações do dólar

Moeda estrangeira	Cenários em Reais (prazo de 1 ano)				
	Provável	Possível (+25%)	Remoto (+50%)	Possível (-25%)	Remoto (-50%)
Taxa dólar	4,91	6,14	7,37	3,68	2,46
Exposição dólar - USD 27.542					
Receita/(Despesa) financeira	1.892	35.769	69.646	(31.984)	(65.586)

(iv) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Financiamentos e empréstimos	Cenários em Reais (prazo de 1 ano)				
	Provável	Possível (+25%)	Remoto (+50%)	Possível (-25%)	Remoto (-50%)
IPCA	3,76%	4,70%	5,64%	2,82%	1,88%
Financiamentos indexados - IPCA - R\$ 260.090	(9.779)	(12.224)	(14.669)	(7.335)	(4.890)
CDI	9,00%	11,25%	13,50%	6,75%	4,50%
Financiamentos indexados - CDI - R\$ 615.446	(55.390)	(69.238)	(83.085)	(41.543)	(27.695)

Aplicações financeiras	Cenários em Reais (prazo de 1 ano)				
	Provável	Possível (+25%)	Remoto (+50%)	Possível (-25%)	Remoto (-50%)
Taxa do CDI	9,00%	11,25%	13,50%	6,75%	4,50%
Aplicações financeiras: CDB - Banco do Nordeste S.A., Sofisa S.A., Daycoval S.A., Itaú S.A., Safra S.A., Pine S.A. - R\$ 316.087	28.448	35.560	42.672	21.336	14.224

21.3 Outros assuntos

A Controlada Vicunha Têxtil S.A. é uma multinacional brasileira presente na América Latina, Europa e Ásia. Com mais de 55 anos de mercado, é referência global em soluções *jeanswear*, atuando no segmento de tecidos *denim* e *denim colour*. Com um longo histórico de inovação e sustentabilidade, nossa posição de liderança é resultado de ações que têm impacto em toda a cadeia, da produção do algodão ao comportamento dos consumidores.

A sustentabilidade está em nossos valores e compromissos de longo prazo. Amadurecemos em nossa trajetória, acompanhamos o espírito do tempo, e saímos à frente em tecnologias e inovações comprometidas com práticas responsáveis. Nossos clientes e consumidores estão cada vez mais conscientes da responsabilidade de suas escolhas, enquanto nós trabalhamos continuamente para responder por meio dos melhores produtos e das melhores práticas.

É com essa visão que desenvolvemos nossa estratégia, buscando agregar valor ao segmento no qual atuamos. Acreditamos que a sustentabilidade só pode ser alcançada se estiver enraizada em nossos valores e compromissos de longo prazo.

Nosso Relatório de Sustentabilidade (<https://www.vicunha.com/sustentabilidade>) comprova nosso empenho com a transparência nos aspectos ambientais, sociais e de governança, bem como materializa nosso engajamento com os temas apresentados.

21.4 Gestão do capital

O objetivo da Companhia é administrar seu capital e o de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos e capitalização por parte dos acionistas para reduzir o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, podem ser assim resumidos:

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	1.133.679	1.385.071
Instrumentos financeiros derivativos - Passivos	9.847	2.466
Total	1.143.526	1.387.537
Menos:		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(388.579)	(628.208)
Instrumentos financeiros derivativos - Ativos	(1.538)	(10.170)
Dívida líquida (a)	753.409	749.159
Total do patrimônio	1.332.828	1.430.823
Total do capital (b)	2.086.237	2.179.982
Índice de alavancagem financeira - (c)=(a):(b)	36%	34%

22. COMPROMISSOS

a) Compras de algodão

Em 31 de dezembro de 2023, a Controlada Vicunha Têxtil S.A., possuía diversos contratos canceláveis para compras de algodão importado e nacional com entrega futura. Esses contratos podem ter preços fixados e não fixados, em dólares. Os contratos firmados até 31 de dezembro de 2023 e ainda não recebidos são:

	Preços fixados	Preços não fixados	Total
Valor total em USD	21.193	106.524	127.717
Valor total em R\$	479	-	479

b) Fornecimento de energia elétrica

A Controlada Vicunha Têxtil S.A., mantém contratos de compra e venda de energia firmados com a Enel Trading Brasil S.A., NC Energia S.A., CPFL Comercialização Brasil S.A. e Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda., para utilização de suas unidades industriais situadas no Estado do Ceará e Rio Grande do Norte, com vigência até 31 de dezembro de 2028, respectivamente. Tendo como objeto o fornecimento do volume total mensal de 73MW médios. Em hipótese de rescisão do contrato poderá haver incidência de multa equivalente entre 30% e 70% da quantidade remanescente de energia dos contratos.

23. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTOS

A Vicunha Têxtil S.A., e suas Controladas, classifica como arrendamento as locações de *software*, imóveis operacionais, e do centro administrativo/distribuição. Os contratos possuem vigência por um período entre 1 a 5 anos.

Informações sobre os arrendamentos da Companhia estão apresentadas a seguir:

a) Direito de uso

Direito de uso dos ativos	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Centro administrativo/distribuição	-	-	12.846	17.567
Software	-	-	13.214	12.242
Total			26.060	29.809

Abaixo, são apresentadas as movimentações no direito e uso no Consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Arrendamento				
Centro administrativo/distribuição	-	-	13.181	17.147
Software	-	-	13.154	12.628
Total			26.335	29.775
(-) Circulante			(7.399)	(6.689)
Não circulante			18.936	23.086

b) Passivo de arrendamentos

Composição do passivo de arrendamento da Controladora e Consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Arrendamento				
Centro administrativo/distribuição	-	-	13.181	17.147
Software	-	-	13.154	12.628
Total			26.335	29.775
(-) Circulante			(7.399)	(6.689)
Não circulante			18.936	23.086

A seguir são apresentadas as movimentações no passivo de arrendamento no Consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo em 31/12/21				
Novos contratos	9.373	12.628	9.373	12.628
Juros	1.501	-	1.501	-
Variação cambial	(1.062)	(36)	(1.062)	(36)
Pagamentos/Compensações	(9.077)	(351)	(9.077)	(351)
Saldo em 31/12/22	17.147	12.628	17.147	12.628
Novos contratos	6.189	841	6.189	841
Juros	1.747	80	1.747	80
Variação cambial	(3.386)	-	(3.386)	-
Pagamentos	(8.516)	(395)	(8.516)	(395)
Saldo em 31/12/23	13.181	13.154	13.181	13.154

c) Vencimentos das prestações

O cronograma de vencimento dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2023 e os respectivos valores são demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
2024	-	7.399
2025	-	7.145
2026	-	5.930
2027	-	2.812
após 2027	-	3.049
		26.335

As taxas incrementais aplicadas aos passivos de arrendamentos são 4% a 12,40% de acordo com data de início do contrato e dos prazos estimados.

Os pagamentos futuros das contraprestações de arrendamento podem gerar potenciais créditos tributários de PIS e COFINS, a alíquota de 9,25% conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	Consolidado	PIS/COFINS
Contraprestações futuras			
2024	4.484	415	-
2025	4.598	425	-
2026	4.021	372	-
2027	2.697	249	-
após 2027	2.920	270	-
	18.720	1.731	

24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta de vendas	-	-	3.106.066	3.625.311
(-) Deduções de receita	-	-	-	-
Impostos sobre vendas	-	-	(523.631)	(601.958)
Devolução e abatimentos	-	-	(93.051)	(115.117)
Receita líquida de vendas	-	-	2.489.384	2.908.236

As informações geográficas referente a receita bruta de vendas da Vicunha Têxtil S.A., e suas Controladas, por mercados estão demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
Brasil	-	2.025.379
América do Sul	-	1.026.266
Europa e Ásia	-	54.421
Total	-	3.106.066

25. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Classificado por função:				
Custo dos produtos vendidos	-	-	1.903.419	2.191.115
Custos de ociosidade (i)	-	-	9.681	2.411
Com vendas	-	-	212.305	219.117
Gerais e administrativas	576	431	200.136	200.297
	576	431	2.325.541	2.612.940

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Classificado por natureza:				
Matéria-prima, produtos químicos e materiais de uso e consumo	-	-	1.338.398	1.550.034
Despesas com pessoal e benefícios	240	240	403.410	411.554
Depreciação e amortização	-	-	96.253	112.696
Serviços de fretes e comissões	-	-	115.102	129.406
Energia, água e combustíveis industriais	-	-	194.062	237.125
Outras despesas	336	191	178.316	172.125
	576	431	2.325.541	2.612.940

(i) Devido a problema socioeconômico a controlada indireta Vicunha Equador S.A., ficou com as atividades suspensas no período entre: 13 à 30 de junho de 2022 e 15 à 28 de maio de 2023.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras:				
Juros ativos	3	9	69.264	69.694
Juros sobre capital próprio	8	92	88	127
Juros e correção monetária de empréstimo compulsório Eletrobras(i)	-	-	15.578	14.137
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	-	-	42.781	58.482
Ajuste ao valor presente/justo	-	-	3.320	701
Outras receitas financeiras/provisões	-	-	15.291	33.531
Variação cambial ativa	-	-	47.728	252.958
Total das receitas financeiras	91	101	194.050	429.630
Despesas financeiras:				
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	-	-	(3.377)	(3.054)
Juros passivos	(8.346)	(9.946)	(169.638)	(158.218)
Descontos concedidos	-	-	(10.290)	(4.358)
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	-	-	(60.365)	(53.319)

Textília S.A.

CNPJ nº 54.485.982/0001-88

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria

contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de maio de 2024.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Daniel Vinicius Fumo
Contador CRC 1SP256197/O-9

